

# Discurso e Gênero: sob o signo da contradição, a identidade e a resistência do sujeito e do sentido

Vera Lúcia Pires\*

---

## Introdução

Este artigo abordará a reflexão que venho fazendo há longos anos na tentativa de compreender o funcionamento do que tenho chamado *discurso de gênero*, orientada por uma perspectiva teórica que integra os campos de pesquisa da análise de discurso de tendência francesa (AD), da teoria dialógica da enunciação de Bakhtin, bem como das teorias culturais de gênero.

O discurso de gênero é uma construção cultural que representa, produz sentidos e estrutura a identidade do sujeito feminino com base em padrões sócio-históricos conservadores que atestam a desigualdade entre homens e mulheres nas relações sociais.

Situada no campo de estudos de uma semântica discursiva, a AD é uma prática de interpretação dos processos de produção de efeitos de sentido, que leva em conta o sujeito produtor de discurso e os fatores internos da organização sintática e semântica, bem como os fatores externos referentes ao contexto de produção do discurso.

Para a teoria bakhtiniana, sujeito e sentido são constituídos no processo de enunciação, que tem como fundamento o movimento dialógico em direção ao outro. O estudo dos discursos

---

\* Professora da Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Letras - PUCRS. E-mail: veralu@artlet.ufsm.br

tos do cotidiano comprova que eles retratam as experiências contraditórias de sujeitos históricos e plurais.

Nosso propósito aqui será o de buscar o sujeito feminino, como ele produz sentidos e como essa configuração sujeito-sentido é representada no discurso publicitário da mídia impressa, produzindo efeitos diversos que apontam tanto para a homogeneidade quanto para a heterogeneidade.

Norteados por nossa perspectiva teórica, que envolve esses vários campos disciplinares, declaramos uma posição filosófica que toma partido pela modernidade e pelo humanismo não-cartesiano, ou o que Berman (1982) definiu ser o *humanismo moderno*, centrado na cultura do diálogo e no cotidiano.

Tomamos partido pela vida plena e ativa do sujeito, produtor de *gestos* e práticas sociais e capaz de escolhas efetivas que, às vezes, transformam a sua vida e a dos outros. Um sujeito moderno que tem como símbolo a contradição e o movimento em direção à alteridade. Sujeito que se identifica, reconhecendo o outro e nele reconhecendo-se, porém sem se assujeitar.

O ser humano é contraditório: algumas vezes assujeitado, pode todavia por sua própria experiência chegar à superação de sua sujeição. O primeiro passo é o reconhecimento da sujeição. O segundo é a resistência. Resistência que, dialeticamente, acontece em dois sentidos: pela reivindicação das diferenças e pela afirmação da igualdade de oportunidades. Em qualquer um dos casos, o fundamental para a construção do sujeito é o processo de interação de sua experiência com a sociedade.

Por tudo isso, afirmamos a existência de um indivíduo consciente que intervém para transformar. Nem meramente objeto nem somente sujeito, mas ambos. Em uma palavra: plural.

Somos de opinião que existe uma consciência e uma liberdade, não totais, mas possíveis. Possíveis escolhas e decisões tensionadas entre nossa liberdade e as condições - naturais, culturais, psíquicas - que nos determinam.

*A liberdade não se encontra na ilusão do "posso tudo", nem no conformismo do "nada posso". Encontra-se na disposição para interpretar e decifrar os vetores do campo presente como possibilidades objetivas, isto é, como abertura de novas direções e de novos sentidos a partir do que está dado. (Chauí, 1997: 362).*

Ao observarmos o discurso da imprensa escrita, nosso objeto de análise, constatamos que a representação discursiva do sujeito feminino manifesta com clareza questões de gênero. A ausência de mulheres, protagonizando o noticiário político e econômico, é na maioria das vezes gritante. Por outro lado, quando lhes é dado espaço nessas seções, aparece com força o *discurso de gênero*, que, em grande parte de seus registros, fala somente de questões femininas específicas.

A mulher é silenciada na imprensa escrita, excetuando-se as revistas femininas e os encartes específicos dos jornais, dedicados à sua condição feminina. O sentido desse silêncio remete às características de passividade e submissão, atribuídas às mulheres em nossa cultura.

Tanto o silêncio físico, a ausência de textos sobre as mulheres, quanto o que chamamos discurso de gênero, que também é uma forma de silenciamento, pois ao dizer determinadas coisas emudece outras, são registros da contradição entre certas práticas discursivas e a posição participativa da mulher na sociedade atual.

Desde 1975, quando a ONU instituiu o Ano Internacional da Mulher e a década da mulher, proliferou um campo de estudos políticos e sociológicos visando a obtenção de fundamentos e dados sobre a situação da mulher nas mais variadas culturas.

Ao final da década, comprovou-se, oficialmente e com o referendo da ONU, o que as feministas já sabiam há quarenta anos: a invisibilidade feminina, sua opressão, discriminação social e a desigualdade no mercado de trabalho em todas as partes do mundo. Em consequência dessa situação, foram implementadas políticas de reformulação das estruturas sociais e jurídicas, visando ao comprometimento dos governos na busca da igualdade e no combate à discriminação das mulheres.

Quase quinze anos depois, conforme estatísticas da mesma ONU, a força produtiva feminina formal e informal já

alcançou 64%<sup>1</sup> em todo o mundo, fazendo do "sexo frágil" a maioria no mercado econômico. Todavia, continuamos discriminadas tanto em relação à remuneração quanto em relação a cargos ocupados.

No Brasil, somos 51% da população e desses 39% no mercado de trabalho formal. O percentual de mulheres economicamente ativas cresceu, nos últimos vinte anos, em mais de 70%, enquanto o dos homens diminuiu em 18%. Em matéria de educação, 50,8% das mulheres terminam o primeiro grau, contra 49,2% dos homens; 56,8% da população feminina têm o segundo grau, contra 43,2% da população masculina; 52,3% de mulheres completam algum curso superior, enquanto os homens atingem um percentual de 47,7%.

Conquanto todos esses números expressem a grande mudança no que concerne à condição feminina, ocorrida em tão pouco tempo no país, outros números mostram que, em média, as mulheres recebem de salário 43% menos do que os homens, sendo que, da população economicamente ativa com grau de ensino superior, apenas 7% das mulheres ganham mais de vinte salários mínimos, enquanto 28% dos homens recebem essa quantia.

Além disso, a violência doméstica de homens contra mulheres, em nível mundial, corresponde a um terço dos delitos cometidos, 114 milhões de meninas são submetidas anualmente à mutilação ou ao tráfico sexual, e no Brasil, acontecem 1,4 milhões de abortos por ano, estimativa oficiosa, já que o aborto é uma prática ilegal.

A contradição é flagrante. E não são só os números que a comprovam, ainda que muitos pensadores<sup>2</sup> afirmem que a luta das mulheres em busca de mudanças na sua posição social, em todo o mundo, tenha provocado a mais significativa revolução cultural deste século.

A contradição entre a posição alcançada pela mulher na sociedade contemporânea e a representação que dela se faz está presente em quase todas as áreas sociais como um reflexo das relações de gênero, relações de desigualdade entre os seres hu-

<sup>1</sup> Todos os dados utilizados têm como fonte a ONU ou, em relação ao Brasil, o IBGE e a Fundação Oswaldo Cruz.

<sup>2</sup> Falaremos desses pensadores mais adiante.

manos, constituídas socialmente e determinadas histórica e culturalmente.

A linguagem é um processo de interação social entre os indivíduos. Sua natureza social torna-a um espaço de conflitos em que, como enfatizou Bakhtin, *a palavra é o fenômeno ideológico por excelência*. (Bakhtin, 1929: 36). Reflexo (não muito nítido) das contradições existentes no meio social, a linguagem é sensível a qualquer alteração que nele se efetue, inscrevendo essas mudanças e engendrando novas representações discursivas.

A situação paradoxal no que se refere à condição feminina deveria ser, por conseguinte, marcada lingüisticamente na forma como as mulheres são retratadas, no momento atual, no espaço publicitário impresso.

Apresentamos como hipótese a reflexão de que a condição da mulher é representada discursivamente, indicando uma visão conservadora e discriminatória que engendra formas de silenciamento e exclusão, tal como o discurso de gênero, e que a configuração dessas formas traduz a continuidade da desigualdade de relações entre os sexos.

Todavia, contraditoriamente, essas formas discursivas também são marcadas por uma *latitude de jogo* que, pela resistência ao acomodamento, permite uma "virada" no sentido sedimentado, tornando-se um lugar de significados heterogêneos.

Nesse processo entre o mesmo e o diferente, evidenciamos como padrões sócio-culturais interagem, interferindo na construção discursiva pela escolha de elementos significantes, organizadores da *montagem* lingüística, que expressam as posições do sujeito produtor de discursos.

Essas posições caracterizam, no que diz respeito ao sujeito feminino, a reprodução de antigos estereótipos ou a desestruturação das assimetrias de gênero, representando o cenário de lutas e conquistas das mulheres modernas.

### Identidade e Resistência

A realidade não é transparente, portanto o discurso não pode representá-la como uma evidência. Não há evidências empíricas, senão opacidades. O sujeito constrói seus discursos,

baseado em interpretações cujos sentidos, longe de traduzir uma relação cristalina com o significante, corroboram a ambivalência e os aspectos contraditórios existentes nessa realidade e no próprio sujeito, porque a história intervém.

Ao par dessa configuração, caberá ao analista de discursos o compromisso de iluminar as opacidades e tornar visíveis as contradições do processo em que se insere o discurso, através de *gestos* de interpretação.

O pressuposto fundamental é o de que a linguagem é imprescindível ao pensamento, organizando-o e possibilitando sua expressão. A importância dessa questão, parece-nos, está no cerne da superação da dicotomia forma-conteúdo: não é possível estabelecer prioridades, há que se tentar uma síntese dialética a fim de evidenciar que, na realidade, o par existe simultaneamente e tem maior importância do que cada um dos elementos separados.

A linguagem é uma prática social e interativa de expressão, como também é a capacidade de significar por meio da construção representativa simbólica. Sua concretização é realizada através da língua, o sistema material e formal de signos verbais.

A língua fornece a base material de construção dos discursos. O discurso, por sua vez, deve ser considerado como um processo social e histórico de produção da linguagem. Conforme foi sustentado por Pêcheux (1983), e assumimos, o discurso é um ponto de entrecruzamento entre a linguagem e a história.

Assumimos também o discurso como uma experiência de relação social entre indivíduos, portanto coletiva, e que provoca efeitos de sentidos, produzidos pelas diferentes posições ou pontos de vista assumidos pelos interlocutores. A consequência é a heterogeneidade, uma vez que sobre o discurso incidem determinações sócio-culturais ligadas à história.

A experiência linguageira dialógica constitui os sujeitos e seus sentidos e deixa marcas desse processo no discurso. As marcas, no entanto, não são evidências empíricas, mas leves sinais, vestígios que permitem surpreender essa característica essencial da linguagem que é o "jogo", embate de sentidos que faz um enunciado significar indiretamente a ambivalência semântica.

Sujeito e sentido são construídos na experiência discursiva. Essa construção *atravessa a superfície do discurso enunciado e engendra na enunciação - novo estrato aberto na análise da linguagem - um certo sentido com um certo sujeito.* (Kristeva, 1969: 316).

Nessa perspectiva de articulação entre enunciação/enunciado, a enunciação será enfocada como o acontecimento do encontro e interação com a palavra do outro. Acontecimento situado social e historicamente e que produz enunciados<sup>3</sup>.

Do discurso, recortaremos os enunciados. São formas discursivas, das quais conseguimos apreender os indícios, deixados pela enunciação, que englobam os sujeitos, suas posições e seus deslocamentos e as circunstâncias de ocorrência. O enunciado é a unidade de análise do discurso. Para a sua interpretação, além dos elementos lingüísticos, deve ser levada em conta a relação com o contexto de produção.

Nossa visão do sujeito, produtor de enunciados, é a de um sujeito fragmentado, contraditório e plural, pela própria constituição dual do ser humano. Incompleto, parece-nos ser o melhor termo. Mas de forma alguma totalmente assujeitado, pois para isso seria preciso que ele fosse uno. Dividido não há como interpelá-lo plenamente, uma parte sempre escapa. Um sujeito íntegro, capaz de atitudes e práticas coerentes, que expressam uma estrutura interior ética<sup>4</sup>. É um sujeito que utiliza sua experiência cotidiana não só para reproduzir as suas condições de existência, mas também como fator de resistência, o que ficará marcado no sentido de sua produção discursiva.

Desde que se colocou em dúvida a tradição cartesiana da filosofia da consciência, o sujeito viu-se na contingência de encarar o "outro". *A identidade de um ser não está nele mesmo, mas naquele ser ao qual se opõe* (Chauí, 1983: 225). A filosofia humanista clássica, tomando como referencial a interioridade do homem, ou seja, a subjetividade individual, caracterizara o sujeito de consciência pela capacidade de produzir a partir de si mes-

<sup>3</sup> Várias outras correntes, além das ligadas à AD ou a Bakhtin, argumentam a favor da enunciação como um acontecimento único e irrepetível. Elas seguem a orientação de Foucault (1969), Benveniste (1974) e Ducrot (1984).

<sup>4</sup> A ética tomada aqui no sentido de juízo de valor sobre as condutas humanas.

mo, de suas idéias e de seus estados interiores, o sentido do real. Sentido esse marcado pela transparência e pela identidade. Nesse caso, considerava-se a contradição como sinônimo de irreal. Foi pela via da dialética que se estabeleceu a negação do sujeito pleno e o reconhecimento de suas contradições.

Descombes (1979) afirma que o universo exterior impugna a consciência subjetiva, tornando-lhe a identidade precária. Como conseqüência, o "outro" exterior põe em perigo o mesmo e a consciência adquire um novo estatuto: o ser de consciência é agora concebido como um ser dialético que, em relação tensa e de conflito com o mundo, expressa a negação do idêntico. A negação torna-se a própria diferença. Atente-se, no entanto, que a negação dialética não destrói as coisas em si, senão o seu sentido imediato, superando-o e propondo um novo sentido.

*Atuar na natureza é trabalhar para não ser tal como somos.* (Descombes, *ibid.*: 60). Por isso, o ser humano é capaz de atuar para transformar, de criar condições para o advento do novo, mudando assim o curso das coisas e da história. É esse o ser dialético, um sujeito ator, histórico e não-natural, pois, em tensão com a realidade, nega-se a deixar certas coisas seguirem seu curso ao acaso, permanecendo sempre iguais, como nega-se também a reproduzir um conhecimento espontâneo e imediato que sirva somente para formar a alienação e o senso comum. O sujeito ator não é um ser conformado, pelo contrário, ele interfere no rumo das coisas para transformá-las.

A AD assumiu enfaticamente a categoria da contradição. Segundo Pêcheux (1983), *a existência do outro está pois subordinada ao primado do mesmo* (Pêcheux, 1983: 313). A linearidade da construção lingüística no intradiscurso<sup>5</sup> é meramente formal. Sua repetição, salientando o retorno do mesmo, possibilita que o heterogêneo se mostre, porque a contradição constitui o discurso.

O enunciado apresenta uma divisão dialética interna, resultante de efeitos interdiscursivos<sup>6</sup>, que o leva a uma dualidade de sentidos: o que não está marcado, explicitamente, na superfi-

cie intradiscursoiva, continua presente, deixando vestígios, significando, por ser o *outro* lado.

A tensão dialética é uma das características principais do signo lingüístico também para Bakhtin. Nele habitam, concomitantemente, traços de valor contraditórios que produzem sentidos diversos, mesmo antagônicos por refletirem não passivamente, mas de maneira polêmica, o sujeito e seu horizonte social. Ao produzir um enunciado, o sujeito posiciona-se em relação a já-ditos-outros que, pela via da história, têm uma continuidade semântica. Mesmo que a seqüência linear do enunciado seja a mesma, tendo em vista que é um outro momento da história, o enunciado significará diferente. Como sustenta Orlandi, *a língua significa porque a história intervém, o que resulta em pensar que o sentido é uma relação determinada do sujeito com a história* (Orlandi, 1996: 46).

O discurso não é uma coerência homogênea, pois o tecido interdiscursivo é historicamente não-homogêneo. A história intervém para possibilitar sentidos diversos, partindo de linearidades aparentes. É essa contradição que institui a alternância ou a simultaneidade de sentidos opostos pois, marcando a presença do "outro", que é plural, funda a diferença.

### Do interdiscurso à composição da diferença

Tomaremos da AD o conceito de interdiscurso e tentaremos um cruzamento com a teoria de Bakhtin no que diz respeito às vozes que perpassam e tensionam dialeticamente o nosso discurso. Ambos os elementos são da ordem da memória, portanto da história.

Seguindo o último Pêcheux (1983), definiremos o interdiscurso como a memória discursiva do dizer, expressa no tecido sócio-histórico de traços discursivos exteriores e anteriores à seqüência material enunciada. Concordamos com Maingueneau (1987: 115), que essa "memória" *não psicológica é presumida pelo enunciado enquanto inscrito na história, sendo constituída de seqüências que repetem, recusam e transformam* outras seqüências, estabelecendo com elas uma relação polêmica. Dessa relação resultam os efeitos de sentido, constituídos na relação histórica entre discursos.

<sup>5</sup> O intradiscurso é a materialidade lingüística do discurso.

<sup>6</sup> O interdiscurso é a memória histórica do dizer, que tece todos os discursos. Eles serão, portanto, sempre *habitados*, ocupados pelas palavras dos outros.

A alteridade é um fenômeno constitutivo de toda a linguagem, pois o é também do ser humano. Conforme Bakhtin,

*O homem não possui território interior soberano, ele está inteiramente e sempre sobre uma fronteira; olhando o interior de si, ele olha nos olhos do outro ou através deles. (...) Não posso dispensá-lo, não posso tornar-me eu mesmo sem ele; devo encontrar-me nele, encontrando-o em mim (Bakhtin, 1961: 287).*

A identidade é, portanto, um movimento de reconhecimento em direção ao outro.

Em sintonia com Bakhtin, Maingueneau (1984) e Marandin (1993) já aproximavam o interdiscurso das vozes dialógicas, considerando o primado de seu estudo dentro da AD. Seus estudos pregam a definição da presença de discursos no interior do enunciado, via abordagem do inter e do intradiscurso. O *exterior constitutivo* do interdiscurso tece todos os discursos, que são, assim, sempre *habitados*, ocupados pelas palavras dos outros. Reconhecer esse exterior é dar uma identidade para o discurso.

A interpretação dos efeitos de sentido, produzidos por essa *sinfonia polifônica* na seqüência lingüística, seria atingida pelo viés da sintaxe, pois é ela que mediatiza a relação forma-sentido. Sobre uma base lingüística linear - o intradiscurso -, onde predominam a sintaxe e os funcionamentos enunciativos, estrutura-se um processo semântico discursivo. Bakhtin (1929), décadas antes, já afirmara serem as formas sintáticas as mais aproximadas das formas concretas da enunciação.

O elemento concreto do interdiscurso que proporcionaria a ancoragem lingüística, unindo sintaxe e semântica, seria o *pré-construído* que, na opinião de Marandin (ibid.), é essencialmente polifônico.

O pré-construído é um efeito discursivo de memória, não identificável claramente na superfície do enunciado (intradiscurso), que remete a traços opacos de outros discursos inscritos no discurso presente e que reproduz um conhecimento fixo, comum, sempre atual e reconhecido por todos. É o que Chauí classifica por incorporação de um sentido sedimentado de uma expressão à cultura e sua conseqüente disponibilidade.

*A "disponibilidade" de uma palavra, de um sentido ou de um texto, essa impressão que nos dão de terem estado sempre ali, ao alcance de nossa fala, é o esquecimento do tempo (...) de seu fazer-se e de suas retomadas por outros discursos (Chauí, 1983: 202).*

Relacionando com Bakhtin (1926), vemos no pré-construído ecos de avaliações culturais que ressoam, difundindo condutas, já que a cultura é composta de discursos que expressam a memória coletiva.

Nesse sentido, o pré-construído não precisa sequer ser explicitado, sendo remetido ao pensamento de um sujeito universal, uma voz social homogeneizante que assume, organiza e difunde o consenso. Enfim, o pré-construído é formado por representações culturais que expressam o homogêneo, o senso comum.

O senso comum é um elemento coletivo, ligado ao imaginário social, que apaga qualquer traço de individualidade. Para Gramsci (1955), caracteriza-se por ser uma concepção de vida, ou uma *filosofia primitiva* do produto histórico, em que há uma certa dose de experimentalismo e de observação direta da realidade, mas de forma empírica e limitada. O senso comum manifesta adesão e conformismo irrestritos, agindo de forma eficaz sobre a mentalidade popular por meio da repetição sistemática de seus valores e crenças. Por isso, o discurso do "natural" passa sempre pela estereotipia do senso comum.

Faz-se necessário frisar, como de resto já o fazia Gramsci (1949), que o senso comum, por ser um produto da história, é só **momentaneamente** rígido e imutável, podendo ser renovado se ligado à vida prática cotidiana.

Essa mesma idéia é manifestada por Bakhtin (1979), ao apontar que, no discurso cotidiano, os sentidos arraigados podem ser transfigurados pela intervenção da experiência histórica dos sujeitos; e que é, do mesmo modo, o pensamento de Pêcheux (1983) ao descrever os discursos do cotidiano como passíveis de transformação semântica, podendo tornar-se outros, diversos de si.

Pelo que foi exposto, podemos verificar a importância de um horizonte de memória como elemento histórico-cultural tanto para Bakhtin como para a AD. Por intermédio desse horizonte, resgata-se para a análise os traços de processos discursi-

vos, onde a língua e a história teceram o seu jogo para construir um sentido fixo para aquele momento específico, mas que sempre pode se transformar em outro pela intervenção de outros processos discursivos de outros momentos históricos.

Nosso trabalho de análise no nível do intradiscurso deverá mostrar precisamente como essa aparente homogeneidade lingüística linear é rompida pelo acontecimento discursivo que subverte os sentidos "sempre-já" presentes.

O interdiscurso, esse não dito que significa a presença de discursos-outros, deixa seus sinais materialmente, via pré-construído, no interior de nosso dizer. Esse discurso-outro sempre atravessa o nosso discurso e é a base do que Authier-Revuz (1982) nomeia de *heterogeneidade constitutiva*.

Em sua opinião, apoiada em Bakhtin, a palavra do outro está presente em nosso discurso: *o exterior inevitavelmente retorna implicitamente ao interior da descrição* (Authier-Revuz, 1990: 25). O que apareceria na superfície do enunciado seria uma "negociação" lingüística do sujeito falante com o exterior que constitui o seu discurso. Atente-se para o fato de que essa exterioridade integra o sujeito e o seu discurso. Authier frisa que o *outro do dialogismo de Bakhtin (...) é a condição do discurso e é uma fronteira interior que marca no interior do discurso a relação constitutiva com o outro*. (Authier-Revuz, *ibid.*: 121). A alteridade, para Bakhtin, é um processo dialógico, cujo elemento comum entre os parceiros é o discurso.

Parafraseando Brait (1994), as palavras ou idéias que vêm de outros tecem o discurso do indivíduo, interpenetrando-se a ele. Essas vozes assimiladas, entretanto, são passíveis de serem ouvidas escancarada ou dissimuladamente.

História e memória fundem-se no interdiscurso, possibilitando efeitos semânticos variados. A AD afirma que não se pode dizer tudo, no entanto, aquilo que não se disse permanece presente, produzindo efeitos, pois tem a ver com a memória histórica do dizer. A "negociação" que o sujeito trava com a palavra do outro é na verdade um "jogo" discursivo que construirá um dito, marcado pelo que não foi dito. Um dito marcado pela incompletude.

A incompletude também aparece como uma característica do discurso *em* e *de* Bakhtin. Brait (*ibid.*) fala em *discurso in-*

*concluso* para definir a *forma de enfrentamento* com os outros discursos passados ou presentes que interagem na teoria bakhtiniana. Seu discurso (de Bakhtin), e sua idéia de discurso, manifesta um *concerto de incessante produção de efeitos de sentido*. O sentido é distribuído entre diversas vozes, em uma relação dialógica entre os diversos enunciados já produzidos sobre um mesmo tema. Resulta desse movimento um excesso impensado que é a própria possibilidade da pluralidade de sentidos.

A linguagem é incompleta no sentido de que tudo não se diz, mas o que não se diz continua presente, significando possibilidades. É essa a interpretação de Bakhtin para o *continuum* infinito de sentidos inesgotáveis que, esquecidos, podem ser capturados pela memória histórica e discursiva e renovados em novos contextos.

A procura por uma alteridade constitutiva - dialógica, interdiscursiva ou heterogênea - do sujeito e do discurso parece-nos ser um ponto de contato entre Bakhtin e a AD que queremos analisar neste trabalho.

#### A relação enunciação-enunciado como acontecimento discursivo

Se, conforme afirmava Bakhtin (1979), o sentido do enunciado é determinado pelas condições reais da enunciação, há que se cercar essa relação dizer-dito e a partir dela construir uma hipótese semântica que viabilize a pluralidade de sentidos suscetíveis de serem produzidos no tecido discursivo, mas sem perder de vista a matéria lingüística que forma o enunciado.

Kristeva propusera a efetivação de um estudo que engendrasses a enunciação e o enunciado, enquanto presença discursiva material, em um processo de produção - *um certo sentido com um certo sujeito* (Kristeva, 1969: 316), reconhecendo, sob influência de Bakhtin, que o sujeito e o sentido são construídos pela enunciação e que somente ela poderia viabilizar a compreensão efetiva das formas sintáticas no discurso. Esse processo de produção discursiva é o lugar onde a língua e a história tecem o seu jogo para construir um sentido.

A semântica do discurso proposta pela AD, que postulava o sentido como efeito da relação sintaxe-semântica (Gadet

e Pêcheux, 1981), integra a lingüística e a enunciação, rompendo de uma vez tanto com o formalismo quanto com o contendidismo. A redefinição da matéria a ser estudada - o processo de produção de enunciados cotidianos - em termos de descrição e interpretação consideraria três momentos: o da memória sócio-histórica discursiva (interdiscurso), o da língua como espaço material de traços languageiros (de linguagem) e o da análise lingüístico-discursiva propriamente dita.

Será acentuado, portanto, o processo discursivo enquanto conjunto de traços languageiros discursivos que formam uma memória sócio-histórica. Tais traços, inscritos na seqüência linear, serão abordados lingüisticamente - pelo viés da descrição sintática - e semanticamente - pela interpretação dos elementos históricos da memória discursiva.

O espaço da subjetividade na linguagem é um espaço tenso. O processo interativo da enunciação evidencia essa tensão constante que constitui os sujeitos e os sentidos, pois há sujeitos-vozes e sentidos em conflito na memória discursiva. Estabelece-se o conflito porque há um pensamento já existente, anterior ao sujeito e que não coincide completamente com o que ele produz no momento presente. Esse pensamento-outro tem um conteúdo impensado, que deixa o sentido inconcluso, incompleto. Tal conteúdo de sentidos esquecidos pode ser resgatado e reorganizado, provocando um acontecimento discursivo.

Vamos nos deter um pouco nesse "impensado" que constitui o sentido e fazer um exercício filosófico de pensamento, convocando para a discussão Merleau-Ponty (1960), que define o *impensado* como *excesso*, uma outra coisa além da existência dada. Ou, nas palavras de Chauí (1983), uma *positividade negativa* por conter, contraditoriamente, um elemento de negação que provoca um *porvir possível*.

O *impensado* não é o "menos" ou o que não foi pensado, mas o "excesso" do que se quis dizer e do que foi dito. O impensado é o que ressalta o inerente a todo o pensamento, mesmo não estando visível formalmente. *Não é senão o excesso do que vivemos sobre o que já foi dito* (Merleau-Ponty, 1960: 175).

*Não é o que estaria ausente como privação, mas aquilo cuja ausência é promessa e antecipação. Como todo invisível, o impensado é uma ausência que conta no mundo porque não é um vazio, mas ponto de passagem. Não é buraco. É poro* (Chauí, 1983: 206).

O impensado é um ponto de passagem para um sentido que é possível, mas ainda não se encontra presente. É, portanto, possibilidade plural de sentidos.

Essa dimensão "impensada" do sentido está estreitamente vinculada à sua incompletude e, por oposição, à sua sedimentação, na mesma perspectiva sustentada por Bakhtin de uma interpretação jamais ser a final. Há leituras e interpretações múltiplas que impossibilitam o fechamento do discurso como representação acabada.

Merleau-Ponty (ibid.) afirma que a idéia do sentido fixo é conseqüência da ilusão da coincidência entre a linguagem e o que ela representa. A idéia de uma expressão completa ou acabada é um *non-sense*, uma vez que a linguagem é sempre indireta, alusiva, portanto, opaca, o que impede a cristalização do sentido. *Dizer não é colocar uma palavra sob (ou sobre) cada coisa pensada: se assim o fizéssemos nada seria jamais dito. (...) A linguagem significa quando, em vez de copiar o pensamento, deixa-se por ele desfazer e refazer.* (Merleau-Ponty, 1960: 145).

Esse desfazer e refazer da linguagem reflete o que para a AD, conforme Orlandi (1987), é a capacidade de jogar com a língua que, inscrita na história, possibilita a construção de sentidos. Sentidos possíveis, porém não quaisquer, visto que a materialidade da língua impede-lhe isso.

Há no discurso uma possibilidade de resistência a dizer o mesmo que rompe com a regra. O sistema da língua permite um jogo de subversão da norma. Existe uma *latitude de jogo* que a afeta e que permite trapacear a língua, surpreender a linguagem, como disse Barthes (1978). Todo o movimento de ruptura com a ordem lingüística, no entanto, deve implicar uma recusa à concepção da linguagem como mero instrumento de informação, pois essa idéia estabelece-se sob o primado da norma e do consenso social.

Ora, todo enunciado pode tornar-se outro, deslocar-se de seu sentido e derivar para um outro. Pêcheux (1983) já alertara para isso e, antes dele Bakhtin (1929) ao postular a dialética

do signo mutável, sua eterna possibilidade de *vir a ser* em oposição à tendência de estabilização semântica que ocorre por essa *ficção* de imaginar a palavra como um *decalque da realidade*. Não existe unicidade no sentido, senão fecundidade. Há tantos sentidos possíveis quanto contextos e esses contextos de uma mesma expressão são freqüentemente opostos. Os contextos estão ligados à situação social e histórica. Reproduzem-se e atualizam-se as unidades da língua, mas as instâncias discursivas são únicas. Em Bakhtin, o sentido de um enunciado está ligado à história através do ato único de sua realização enunciativa. A singularidade do momento e do autor exclui a reprodução do mesmo e faz do par enunciação-enunciado um acontecimento.

A AD, vide Pêcheux (1983), propôs-se, da mesma maneira, como oposição ao domínio da homogeneidade discursiva que instala um sujeito senhor de seu discurso e um sentido cristalizado por repetições, a analisar o que havia de acontecimento no discurso. A partir do acontecimento discursivo seria interrompido o processo de repetição e estabelecida a alteridade.

O conceito de acontecimento expressa uma dualidade, no que concerne a seu atrelamento com o conceito de sistema (estrutura), muito próxima da contradição dialética, conforme foi abordado acima.

Em texto de 1972, Morin, de forma clara e concisa, trata das características de um acontecimento, a saber: atualidade, improbabilidade, descontinuidade e acidentalidade. A noção designa, portanto, o que é imprevisível, aleatório, singular, concreto e histórico.

A historicidade da vida, do homem e da sociedade reside, conforme Morin (1972), em um elo indissolúvel entre o sistema de uma parte e o acaso (acontecimento) de outra. O próprio surgimento da matéria viva, justifica o autor, foi o resultado do encontro entre sistemas físico-químicos complexos, constituído pelo jogo de acontecimentos casuais. O elemento lúdico tem uma importância capital na natureza mesma da vida. A vida joga com o acaso, originando transformações.

Relacionando as estruturas com os acontecimentos, o autor salienta a conservação das *invariâncias* pelas estruturas e

sua conseqüente superação pelas contradições inerentes aos acontecimentos.

Da mesma forma, o desenvolvimento histórico é produto de antagonismos e contradições que exprimem o caráter heterogêneo dos sistemas sociais complexos. O choque contraditório de antagonismos torna-se *gerador* de transformações. Morin (ibid.) concebe que toda forma existente manifesta-se tanto como *acidente-acontecimento* quanto como *sistema-estrutura*. Ainda que tenhamos uma tendência para dissociar esses dois conceitos antagônicos, deveríamos nos esforçar em perceber de que modo sistema e acontecimento estão indissolúvelmente ligados.

Pêcheux (1983) chegou a essa mesma conclusão em relação ao discurso ao postular-lhe o estatuto dual de estrutura e acontecimento. Enquanto estrutura, ele seria analisado via descrição da *montagem lingüística* formal; como acontecimento, abre-se uma perspectiva de análise pela interpretação semântica dos traços discursivos presentes na seqüência linear.

O acontecimento discursivo provoca um desvio do sentido de seu fluxo habitual. Ele resgata um espaço de memória e, reorganizando-o juntamente com os significantes em seu contexto de atualidade, gera sentidos inéditos. Diferentemente da seqüência lingüística, o sentido não é linear, não tem uma coerência horizontal.

Um sentido é sempre vertical e carrega consigo dimensões passadas, presentes e mesmo futuras. Chauí (1983) diz que essa verticalidade do sentido está presente no discurso como um investimento cultural passado e atual, articulando-se com os outros discursos já enunciados de modo indireto e alusivo, o que implica dizer que o sentido tem história.

A integração enunciação-enunciado pode ocorrer como estrutura ou como acontecimento. Ambas as possibilidades são inerentes ao discurso e qualquer transformação dependerá da relação dialética entre os dois elementos. Um acontecimento discursivo sempre se ancora nos sentidos já instituídos. Somente a partir dessa ancoragem, realizam-se os deslizamentos que instauram o sentido-outro. Ocorre, assim, um confronto discursivo de cujo jogo lingüístico-semântico podem advir surpresas. Ou não. Uma análise imediata, empírica enfatizará o mesmo,

dando um efeito aparente de evidência. Conquanto nos detenhemos um pouco mais, perceberemos como, pelo fato de ser oblíqua, a linguagem pode provocar uma fecundidade de sentidos. Na verdade, todos os sentidos já se encontram lá, significando, mesmo os que não foram ditos.

### A identidade do sujeito feminino e o resgate de sua resistência: um fator cultural

Os fatores culturais podem, como vimos anteriormente, ser mobilizados para a expressão do senso comum. Contraditoriamente, a cultura pode também, ligada à experiência cotidiana, servir de resistência à reprodução do senso comum.

A realidade sempre nos oferece alternativas de vida, particularmente em relação à aceitação ou recusa do mundo social em que o ser humano vive. Nossa postura frente a isso será de assujeitamento e reprodução ou de resistência. Certamente, sabemos não haver assujeitamento completo como também não existe liberdade total. Há sempre tensão entre nossa liberdade e as condições sociais (naturais, culturais, psíquicas) que nos determinam.

Uma postura de assujeitamento tende a deixar as coisas como estão, pois deduz que o ser humano e todas as coisas existem por força da natureza. Em oposição, uma postura crítica resiste à naturalização e concebe o indivíduo e o mundo como o resultado de ações e práticas sociais que fundam as culturas e as diferenças existentes entre os seres humanos. A humanidade não é isto ou aquilo por natureza, mas pelas suas condições materiais de existência. E essas condições são sócio-históricas-culturais.

A palavra cultura será empregada em rejeição a tudo que indique o naturalismo<sup>7</sup> dos seres humanos, expressando a construção de relações entre os indivíduos, organizados socialmente, e o mundo que os rodeia, bem como de relações interpessoais. Nesse sentido, a cultura manifesta a construção das relações sociais do indivíduo com o outro. As relações humanas com o mundo e, portanto com a natureza, levam os indivíduos

<sup>7</sup> Por *naturalismo* ou *naturalização* será entendido o que tem caráter inato, empírico, espontâneo, sem a interferência do agir humano.

a agir sobre ele, na tentativa de modificá-lo, resultando em transformações culturais.

Ligado à cultura, o senso comum manifesta-se como um sistema impessoal, social e público que regula e determina a vida coletiva de uma sociedade, em uma época precisa, por intermédio de seus valores e costumes. Assim, algumas vezes os fenômenos culturais são interpretados como expressão da manutenção de relações de poder entre os indivíduos.

Entretanto, pelo fato de não haver dominação sem resistência, os sujeitos estabelecem formas de contestar e transgredir certos valores culturais que os reprimem, gerando conflitos e efetivando mudanças sociais.

Nesse ponto, pensamos ser necessário fazer um paralelo com o conceito de ideologia. O termo, como é do conhecimento geral, manifesta uma ampla polissemia, relacionada tanto à complexidade cultural da linguagem quanto à questão que teve sua origem ao longo da história do marxismo, quando foi considerado, por um lado negativamente, como *falsa consciência* da realidade objetiva, condicionada por interesses particulares de classe; e por outro como *forças materiais*, atitudes e práticas concretas de ação diante da realidade social e que manifestam reflexos coletivos de uma cultura ligada às classes sociais<sup>8</sup>.

Como parte de um sistema cultural, uma ideologia consiste em uma estrutura de significados, organicamente relacionados aos mecanismos semânticos que os produziram, conforme defendia Geertz (1973). Em suma, sendo as ideologias integrantes de sistemas culturais, pensamos que tanto a interpelação quanto a revolta serão instituídas culturalmente.

Embora algumas correntes "pós-" tenham decretado o fim das ideologias (uma postura ideológica, aliás), como também decretaram o fim da história e o fim do sujeito, aqui sustentamos a existência plena de todos eles<sup>9</sup>. Quanto à ideologia,

<sup>8</sup> Além dos textos clássicos sobre o assunto (Marx e Engels, Gramsci, Mannheim, Lukács e Althusser), sugerimos também E. Hobsbawm, *História do marxismo*; J. B. Thompson, *Ideologia e cultura moderna*; e T. Eagleton, *Ideologia*.

<sup>9</sup> Pós-estruturalistas, pós-marxistas, pós-modernistas.

<sup>10</sup> Conforme lembra convenientemente Kavanagh (1990), o conceito de ideologia, ligado à tradição marxista, tem sido reforçado como uma construção associada ao leste europeu, principalmente à União Soviética, até 1989 quando, com a queda do muro de Berlim, apregoou-se a morte das ideologias.

aceitamos, com Zizek (1996), que qualquer processo denunciado como ideológico tem também, em seu oponente, o mesmo caráter de ser ideológico. Resistindo à visão da ideologia como pura ilusão, seguimos o pensamento de Thompson (1984) que esclarece:

*Uma vez reconhecendo que a ideologia opera através da linguagem e que a linguagem é um meio de ação social, devemos também reconhecer que a ideologia é parcialmente constitutiva do que, em nossas sociedades, é "real". A ideologia não é uma imagem pálida do mundo social, mas é parte desse mundo, um elemento criativo e constitutivo de nossas vidas (Thompson, 1984: 5).*

O paralelo entre ideologia e cultura tornou-se inevitável, devido às relações estabelecidas entre as duas conceituações. O ponto de vista que queremos sustentar, em consequência disso, é o de que questões ideológicas estão fortemente enraizadas em fatores histórico-culturais e que o discurso representa tudo isso: o movimento de aprisionar e unificar o sentido em uma forma significante literal, imediata e "natural", reprimindo o jogo da língua e dos sentidos e com isso facilitando, por exemplo, a manutenção de relações assimétricas de poder; e o movimento contrário, qual seja, o do rompimento com o estabilizado, promovendo o *divórcio* entre o enunciado e seu conteúdo expressivo habitual e possibilitando a revolução do sentido.

Uma análise de discurso com ênfase em aspectos sócio-culturais, conforme a que pretendemos desenvolver adiante, elabora a maneira como os significados são mobilizados e contextualizados, social e historicamente, através de formas representativas, destacando a repetição, a reprodução ou a ruptura com alguma ordem estabelecida.

A configuração da cultura como fator de resistência passa pela afirmação da experiência (o exercício do fazer) cotidiana, por mais que ela nos pareça ser a exaltação da continuidade.

Bakhtin (1979) pregava a alteridade constitutiva dos discursos da vida cotidiana, pois neles dar-se-ia o mais estreito encontro entre os sujeitos. Merleau-Ponty (1964) observava que, contraditoriamente, a nossa experiência cotidiana, por ser tensa, é a responsável pelo rompimento com o mesmo e pela instauração da *não-coincidência*. É através de nossa experiência que po-

demos romper com o compasso universal coincidente de todos fazendo e sentindo as mesmas coisas. *Interrogamos nossa experiência para que ela nos abra para o que não é nós (Merleau-Ponty, 1964: 270)*. É ela que nos faz encontrar o outro, afastando-nos de nós mesmos.

São as práticas cotidianas dos sujeitos, com suas diversas maneiras de fazer, seus variados modos de proceder que, organizando micro-subversões, alteram o compasso esperado (De Certeau, 1980). As resistências e mudanças, inclusive as transformações do senso comum passam pelas experiências vivenciadas no cotidiano por mulheres e homens comuns. Uma parte das diferenças na produtividade e qualidade de vida entre os países avançados e nós está precisamente nos detalhes, em como a gente comum cuida de seu cotidiano.

A gênese das transformações culturais, gestada na experiência cotidiana de sujeitos comuns, é fruto do inconformismo e da resistência desses sujeitos. A longo prazo, tais transformações podem instituir sentidos comuns diversos, expressos por estruturas significativas no interior de discursos sociais. A análise e interpretação desses discursos oferece a possibilidade de construirmos um mapa da resistência e da pluralidade cultural em momentos históricos determinados.

Um exemplo preciso de ajustes culturais e discursivos ligados ao senso coletivo é ressaltado nas teorias críticas feministas de pesquisa das relações sociais de gênero, ao defini-lo (o gênero) como uma categoria relacional de análise das construções culturais que estabelecem relações sociais de dominação de um sexo sobre o outro. O termo **gênero**, assim definido, dá ênfase ao caráter sócio-histórico-cultural das distinções entre os sexos, construídas e perpetuadas com base no determinismo biológico. *Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social (Scott, 1986: 88)*.

Desde a cultura greco-romana, a condição feminina é representada como passiva e inferior, tomando como parâmetro o padrão anatômico, fisiológico e psicológico masculino. Na tradição jurídica romana, a divisão dos sexos não era apenas natural, mas normativa e todas as decisões em relação à família eram legadas ao homem. A cultura judaico-cristã, igualmente,

baseada nas escrituras sagradas, pregava a inferioridade das mulheres e seu dever de obediência, visto ter sido ao homem que Deus deu o poder (Veyne, 1990).

Toda a carga histórica de valores e comportamentos diferenciados e discriminatórios entre homens e mulheres fundamentaram o que se convencionou chamar **relações de gênero**, constituídas e perpetuadas social e economicamente e determinadas pela cultura e pela história. Elas abrangem *um conjunto complexo de relações e processos sociais historicamente variáveis* (Flax, 1990). As relações de gênero têm sido relações de dominação, hierarquicamente controladas pelo sexo masculino.

Conforme Coutinho (1994), a relação social hierárquica entre os sexos é uma estratégia de poder que, articulada a partir do discurso, tenta encobrir as desigualdades, naturalizando-as. Assim, elas nem sempre tornam-se visíveis, não podendo ser questionadas. Produz-se um consenso e o que foi construído culturalmente é atribuído à natureza.

Como um reflexo das relações sociais, o uso da linguagem também vai institucionalizar o que chamaremos, por extensão, o **discurso de gênero** que normatiza lingüisticamente a representação dessas relações sócio-culturais de dominação. Fairclough (1989) chama a atenção para a extensão do modo como a linguagem contribui para a manutenção do status quo por meio de um discurso do senso comum e para a maneira como esse discurso pode ser ideologicamente condicionado por relações de poder, sustentando posições de mando e de subordinação oriundas da imagem de superioridade ou inferioridade como "destino da natureza".

Em nossas sociedades, como afirmou Foucault (1969 e 1971), só se tem acesso a uma parte do *dizível*, pois a propriedade do discurso, ou seja, o direito à voz, bem como a autoridade para o empreendimento desse discurso em decisões e instituições, está restrito a um grupo determinado de indivíduos. Esse *dizível* demarca uma identidade androcêntrica que tem limitado ou excluído a experiência das mulheres.

De que posição, todavia, não nos conformamos e resistimos? A construção da história da resistência do sujeito femi-

nino (ou feminista<sup>11</sup>) foi forjada na experiência de lutas cotidianas de mulheres anônimas e silenciadas que, apesar disso ou sobretudo por causa disso, transformaram lentamente a sua história e, junto com ela, a história dos homens.

A história da resistência organizada pode ser contada a partir de um pensamento de esquerda e inserido nos movimentos socialistas dos trabalhadores desde o início deste século<sup>12</sup>. O primeiro impulso foi dado pelo movimento das sufragistas, seguido pela intensificação do processo de industrialização e o conseqüente ingresso da mulher no mercado de trabalho.

Os anos da primeira grande guerra afetam a ordem social e do trabalho, proporcionando uma experiência impar para as mulheres dos países europeus sobretudo, convocadas a substituir os homens em todas as profissões.

O avanço tecnológico americano em todas as áreas do conhecimento, bem como a propagação dos meios de comunicação de massa difundiram valores e imagens comuns. Desde os anos 20, defendeu-se um "estilo americano de vida" e como parte dele uma imagem da nova mulher emancipada - a "mulher moderna". Ela frequenta o ensino médio e, em menor número, o universitário, afluindo com rapidez ao mercado econômico.

O papel da publicidade foi então decisivo ao implementar uma sociedade de consumo que tinha nas mulheres 80% de seu público comprador. As vantagens do consumo e o desejo de ascender social e economicamente, unidos ao sentimento de independência, levaram à permanência definitiva das mulheres no mercado de trabalho e redefiniram os limites entre público e privado. Ainda assim, na Europa como na América, a discriminação salarial era a mesma.

<sup>11</sup> O termo *feminista*, assim como *ideologia* e alguns outros *ismos*, é meio maldito, incomoda um número considerável de pessoas. Contudo, este trabalho não terá qualquer tipo de preconceito em relação a ele como de resto igualmente com o termo *feminino*. Em alguns momentos, poderão ser tomados como sinônimos.

<sup>12</sup> Para uma visão detalhada da história dos movimentos feministas, recomenda-se a leitura de DUBY & PERROT (1991) *História das mulheres*, v. V: O século XX.

Publicada em 1949, a obra de Simone de Beauvoir *Le Deuxième Sexe* é uma referência teórica relevante para a história do pensamento feminista contemporâneo. Na opinião de Roudinesco (1986) é a primeira obra coerente sobre a sexualidade feminina, além de ser também a pioneira no debate da relação entre a questão sexual e a da emancipação.

Não existe uma essência natural feminina antes da existência concreta, afirma Beauvoir. *Não se nasce mulher: torna-se mulher*. Seu destino não é imposto por sua natureza biológica, mas determinado pelos aspectos sócio-culturais e pela educação que contudo reforçam aquele aspecto. Desse modo, presa ao essencialismo de sua condição biológica, a mulher foi relegada a um mero papel de reprodução.

O segundo sexo é acima de tudo uma construção social, uma metáfora da alteridade, ou seja, o conceito "mulher" é construído culturalmente como o *outro*, baseado em um paradigma masculino. O parâmetro da diferença é o homem, a mulher é sempre o seu "outro". Essa cultura dominante determina a posição inferior a que estariam sujeitas todas as mulheres.

*nada é natural na coletividade humana e (...) a mulher é um produto elaborado pela civilização. (...) A mulher não se define nem por seus hormônios nem por misteriosos instintos e sim pela maneira por que reassume, através de consciências estranhas, o seu corpo e sua relação com o mundo (Beauvoir, 1949: 494).*

Contudo, afirma Beauvoir, é possível libertar-se das contingências culturais e *fazer-se* uma nova mulher com base na experiência vivida e na prática social, repudiando o que haja de diferença em relação ao parâmetro masculino e advogando a igualdade. Não a igualdade total, visto suas sexualidades serem diferentes: as relações com o próprio corpo, com o corpo do(a) parceiro(a), com os filhos, jamais serão idênticas. Essas diferenças biológicas, entretanto, não devem servir para justificar as desigualdades sociais. Tornar-se, enfim, o próprio agente de suas transformações e das transformações culturais.

Os acontecimentos políticos, que agitaram o final da década de sessenta e que contaram com a presença feminina, refletiram-se também nos movimentos feministas e esses, uma vez mais, denunciaram a estrutura patriarcal e suas falsas ima-

gens baseadas na defesa da naturalização da condição feminina. Todas as transformações que ampliaram os espaços femininos - do acesso à educação em todos os níveis ao desempenho das mais variadas atividades profissionais, bem como a reapropriação e domínio do próprio corpo com o advento da pílula anticoncepcional - passo decisivo para a emancipação sexual - evidenciaram, no entanto, que a propalada igualdade não passava ainda de um eufemismo. A discriminação continuava e em todas as áreas, econômica, política e cultural, as mulheres eram minoria.

A partir dessa situação, a década de setenta inaugura novos estudos e contestações no campo feminista, vindo da França o seu mais vigoroso movimento. As feministas francesas, na esteira de maio de 68, perceberam que a discriminação sexual se dá por meio de uma violência simbólica que silencia a voz das mulheres, excluindo-as de produzir. De propor e decidir. Signatárias de Simone de Beauvoir, o movimento de libertação das mulheres - MLF - posicionou-se, em parte, contra o termo *feminista* e postulou o *feminino* como metáfora da alteridade, propondo a questão da diferença como uma questão cultural de construção da linguagem.

Nesse mesmo período, nos Estados Unidos, assiste-se ao florescimento de uma crítica feminista ousada e sistemática que segue um viés pragmático, priorizando as histórias da experiência comum feminina. Essa crítica focaliza a desmistificação do imaginário patriarcal em torno das representações femininas difundidas pela tradição cultural e propõe uma escrita feminina própria e visível, autorizada pela vivência de experiências comuns.

Conforme de Certeau (1974), os movimentos contestatórios são, em seus primeiros momentos, movimentos de negação: contradizem o instituído, o senso comum e alguns valores sócio-culturais. A negação do outro, que ele não é, permite-lhes um gesto de identificação. Há sempre um desejo de querer existir, uma vontade de autonomia, que emerge da tomada de consciência da opressão. Seu objetivo será, então, *quebrar o círculo do cultural*. Para que tal aconteça, é preciso conquistar a palavra, encontrar um lugar onde seja possível situar-se e ter a capacidade de exprimir-se, ter enfim uma representação cultu-

ral que estruture os significados e dê forma às experiências vividas.

Para além das tendências, os feminismos dos anos 60 e 70 conquistaram a palavra e desempenharam um papel fundamental, inscrevendo o feminino como uma categoria essencial para uma política de identificação cultural. O crescimento dos movimentos de liberação das mulheres na Europa e nas Américas, integrando os movimentos de reivindicação social em sua luta contínua por igualdade, cidadania e emancipação, coincidindo com a expansão da mão de obra feminina na economia pós-industrial, começou a modificar o panorama ocidental das relações sociais de gênero. Nesse sentido,

*... as correntes feministas colocaram o problema do acesso das mulheres à posição de sujeito: sujeito político e sujeito crítico a um saber científico. Inscrição de um pensamento utópico que se quer sujeito político e sujeito enunciador da palavra. (Machado, 1997: 102).*

Parte das teorias feministas inscreve-se no horizonte filosófico pós-modernista da década de 80 que, pregando a "morte" do homem, do sujeito, da história enfim, oferecia a perspectiva de visibilidade e da produção de outras experiências e de outros significados.

A década de oitenta foi também a década do pós-marxismo, um tempo em que *a solidez e a radicalidade do capitalismo ganhou ímpeto para desfazer o marxismo no ar e desta vez para o desfazer aparentemente com grande facilidade e para sempre.* (Santos, 1995: 29). Nesse quadro de contestação das utopias e da necessidade de revisão da tradição marxista, as críticas mais conseqüentes vieram primeiramente das teóricas feministas que chamaram a atenção para a exploração do trabalho e da identidade feminina não só na esfera doméstica como também na pública. A primazia da estrutura econômica e dos conflitos de classe determinando os processos sociais foi contestado pelas feministas ao perceberem nesse privilégio à opressão de classe um sério engano que resultou na ocultação da opressão e da desigualdade entre os sexos.

O apelo à construção de identidades, calcada na ênfase das diferenças de gênero (inclusas todas as orientações sexuais),

raça (com todas as etnias) e classe social, mobilizou o debate teórico nas ciências sociais. As minorias marginalizadas e silenciadas reclamaram e lutaram por um espaço próprio que as iluminasse. Contribuíram, igualmente, para deslocar a perspectiva teórica da análise das diferenças tanto das questões exclusivas relacionadas às mulheres quanto da universalidade biológica anterior às representações e práticas sociais.

A história das mulheres neste século prova-nos que o sujeito feminino (ou feminista) não se acomoda e pratica resistências. Nossa resistência e emancipação, entretanto, tem sido forjada em muitas lutas e em muitas práticas sociais que nos abriram novas direções e novos sentidos, constituindo-nos seres plurais.

*A liberdade é a capacidade para darmos um sentido novo ao que parecia fatalidade, transformando a situação de fato numa realidade nova, criada por nossa ação. Essa força transformadora, que torna real o que se achava apenas latente como possibilidade, é o que faz surgir uma obra de arte, uma obra de pensamento, um movimento anti-racista, uma luta contra a discriminação sexual ou de classe social, uma resistência à tirania e a vitória contra ela. (Chauí, 1997: 363)*

Essa pluralidade faz com que assumamos várias posições sociais - filha, amiga, profissional, companheira, mãe - cuja identificação não é inscrita sem tensões. A relação entre essas posições expressa-se pela dualidade ou pluralidade inclusiva: uma mulher não é mãe **ou** filha **ou** amiga, mas é mãe e filha e amiga e tantas outras coisas no interior de outras configurações que também nos determinam, como a classe social ou a nacionalidade. O sujeito feminino suporta a ambivalência, já que a contradição é inerente ao ser humano, e assim tece em conjunto as dimensões sócio-culturais de sua identidade, construindo-se plural. E os discursos, cada vez mais, representam essa situação.

Os sujeitos femininos estão construindo outras (e novas) histórias, esculpadas na experiência do cotidiano que nos marca e fortifica, mesmo sendo, algumas vezes ainda, alvo de preconceitos e discriminações. Marcamos presença e nos posicionamos em todas as atividades e espaços sociais e falamos sobre isso.

Por nosso lado, defendemos a existência de uma experiência comum feminina que não tenta calar a pluralidade de diferenças, mas, pelo contrário, leva-as em conta, reunindo-as e tornando-as visíveis. É através dessa tessitura discursiva, em que se cruzam e integram a memória histórica e sua releitura dentro da experiência cotidiana, que buscamos como sujeitos históricos a construção de nossa identidade.

### Do senso comum à ruptura

Passaremos agora, com base nos elementos teóricos descritos, à uma prática de análise que tentará descrever e interpretar o processo discursivo, por meio do funcionamento de determinadas marcas lingüístico-enunciativas, sintáticas e lexicais, as quais propomos chamar de **operadores discursivos modais**, que operam no *fio* da seqüência discursiva (intradiscurso), demonstrando que ali se atravessam discursos produzidos em outros lugares e em outros momentos. Tais segmentos não podem ser descritos e interpretados sem que se leve em conta o registro do sujeito, já que são *pontos de expressão da subjetividade*, atestando a presença do *homem na língua* (Benveniste, 1974). Um sujeito que, por meio de movimentos críticos de resistência e subversão, tem a chance de intervir para transformar.

Tomando como referência a proposta de uma análise de discurso que contemple a interpretação semântica dos enunciados, propomos uma análise que, diferente das visões tradicionais, aborde os elementos lingüísticos portadores do que se convencionou chamar modalização ou modalidade, como marcas discursivas de subjetividade. São marcas lexicais ou sintáticas, tradicionalmente denominadas pela gramática de verbo, advérbio, conjunção, adjetivo, etc. São essas marcas lingüísticas, predominantemente expressivas e explícitas (sem serem transparentes), geralmente denominadas *modalizadores* ou *índices de modalidade*<sup>13</sup>, ou ainda *operadores modais*<sup>14</sup>, que estamos chamando de **operadores discursivos modais**.

<sup>13</sup> Conferir I. Koch, 1992.

<sup>14</sup> Conferir H. Parret, 1976.

Distantes tanto das teorias lógicas, que analisam as modalidades como operações precisas de cálculo, quanto das teorias pragmáticas, que as vêem como parte da atividade ilocucionária, limitando-as a poucas categorias gramaticais, pretendemos enfatizar o aspecto discursivo e polissêmico que os elementos lingüístico-modalizadores provocam. Não deixaremos, entretanto, de admitir o postulado de que o núcleo de toda interpretação das modalidades é a semântica (Parret, 1976). Guardaremos da conceituação tradicional o princípio de que tais elementos exprimem a atitude do sujeito em relação ao que enuncia. Mais próximas das abordagens enunciativas, consideraremos os modalizadores índices de subjetividade, fruto de uma escolha - consciente ou não -, que relacionam o sujeito com o seu enunciado e com seus interlocutores em um contexto histórico preciso.

Seguindo a conceituação de Parret (1988), diremos que tais operadores discursivos, estabelecendo relações entre o sujeito produtor de enunciados e os próprios enunciados, operam, primeiramente, uma modificação em sua estrutura e, então, em seu conteúdo semântico, além de comprometerem o sujeito, indicando suas posições subjetivas. Os operadores discursivos provocam uma transformação no discurso, já que sem eles esse significaria diferente.

Como princípio geral, aceitamos que o recurso aos modalizadores seja utilizado pelo sujeito, a fim de marcar sua relação com o discurso, determinando não só o seu comprometimento com o dito, mas também a sua relação com os seus interlocutores. A abordagem analítica proposta trabalha os portadores modais, não isoladamente, senão como parte da estrutura discursiva que compõem. Tal abordagem acredita que o ambiente discursivo molda as configurações lingüísticas, atribuindo-lhes sentidos variados, expressão do lugar ocupado pelo sujeito enunciator.

Analisaremos as seqüências discursivas, operando em dois níveis: o **nível lingüístico** e o **nível semântico**. O primeiro remeterá a uma descrição dos elementos formais, enquanto por meio do outro procederemos a uma interpretação semântica visando a atingir o **interdiscurso** e o **pré-construído**.

Os elementos sintáticos ou lexicais, que são a base da análise - os operadores discursivos modais -, ocorrem dentro de uma linearidade contínua, enquanto os efeitos de sentido, por estarem vinculados à memória histórica do dizer, refletem um movimento de descontinuidade. Como os dois níveis não são estanques, o descontínuo constitui o contínuo, pois o elo que une o sentido à seqüência linear não é transparente nem literal, pelo contrário, é opaco. Conforme Pêcheux (1983), fornece *pontos de deriva* possíveis.

No âmbito do interdiscurso, articularemos a *memória discursiva do dizer* (pré-construído) da AD à *memória histórico-social* bakhtiniana, pois, de natureza polifônica e coletiva, essa memória desempenha um papel fundamental na construção da identidade subjetiva, já que buscar uma identidade é procurar elos com a história. Nesse sentido, a alteridade constitui o discurso, uma vez que esse se constrói em sua relação dialógica ativa com outros discursos. Chegaremos então à coincidência de sentidos sempre-já-repetidos que referendam o senso comum ou à ruptura que, deslizando sobre o mesmo, rompe-o, instaurando um acontecimento discursivo.

Trabalhando um nível de descrição da horizontalidade lingüística via intradiscurso em conjunto com um nível de interpretação semântica dos processos discursivos via interdiscurso, tentaremos um exercício de análise que propõe uma forma alternativa de leitura, ou o que Orlandi (1996) denominou *novas práticas de leitura, gestos*<sup>15</sup> que cruzem o que é dito no momento com a memória histórico-discursiva do já-dito em outros momentos e lugares, a fim de *entender a presença de não-ditos no interior do que é dito*. Não ditos que permanecem significando e que, pelo jogo discursivo, podem vir à tona e provocar um acontecimento semântico.

Igualmente no nível da interpretação dos efeitos semânticos, terão lugar as representações características de gênero, aquelas ligadas a símbolos culturalmente, e portanto ideologicamente, mitificadores que evocam significados contraditórios em relação às mulheres. Tais representações são classificadas normativamente na tentativa de cristalizar os significados, li-

<sup>15</sup> O termo *gesto* foi conceituado por Pêcheux (1969) como um ato no nível simbólico.

mitando-os e impondo um sentido literal ao que se refere ao feminino e outro (o oposto) ao que se refere ao masculino, como se esses sentidos fossem produto de um consenso social.

Como o sujeito feminino é múltiplo, inscreve-se em diferentes posições nas quais o seu deslocamento provocará a instauração de sentidos novos - acontecimentos discursivos - ou não. É exatamente o fato de termos a possibilidade de criar um acontecimento discursivo, transformando sentidos, que revela a não sujeição, a resistência do sujeito feminino; ou só reproduziríamos o previsível.

Convém não esquecer a importância de dois fatores, quais sejam: em primeiro lugar, tanto o intradiscurso quanto o interdiscurso fazem parte de uma cena discursiva sócio-histórico-cultural que deverá ser levada em conta para a análise. O segundo fator diz respeito à própria contradição que faz com que o mesmo constitua o outro, permitindo à seqüência intradiscurso o rompimento linear e a abertura ao diferente. O que é palpável para nós, ao que temos acesso, a materialidade concreta do dizer, é o intradiscurso que nos remete a um sentido opaco, fornecendo-nos *pontos de deriva* possíveis. Sobre esses pontos, deslizará a interpretação do analista (leitor). A interpretação desliza sobre a descrição. Poderá não haver nenhum deslocamento ou poderá, como tão bem frisou Merleau-Ponty (1960), haver o deslize de um sentido sobre outro, uma aproximação inicial para então *afastar-se irremediavelmente, não coincidência*.

### O discurso publicitário de gênero como objeto de análise

Ao abordar a questão da transmissão cultural pelos meios de comunicação de massa, implicando a circulação em larga escala e pública das formas significativas, Thompon (1990) retoma a distinção público-privado, tratando-a sob dois enfoques, a saber: o *domínio público* ao qual pertencem organizações econômicas e previdenciárias, bem como de serviços públicos estatais; e o *domínio privado*, a que pertencem as organizações privadas com fins lucrativos que operam no mercado econômico e do qual também fazem parte o conjunto de relações pesso-

ais e familiares. O segundo enfoque atribui à palavra *público* o sentido de aberto ou acessível a todos, enquanto *privado* significa o que não deve ser exposto, por ser particular.

Como a norma lingüística que padronizou o uso do masculino como categoria genérica, a cultura fundamentou o público como instância histórica e universal - lugar natural de homens; e o privado, como instância particular, o lugar natural da realização feminina. E foi essa separação e oposição, sistematizada ainda no século XIX, entre uma cultura geral e o que seria uma cultura feminina, que deu origem à teoria social das duas esferas - pública e privada. A cultura ocidental inscreveu e deu voz à experiência masculina, pois universal e pública, enquanto a experiência feminina foi "guardada", "protegida", silenciada entre quatro paredes.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, tornaram-se absolutamente frágeis os limites que separavam o público do privado. A publicidade de acontecimentos e indivíduos deixou de estar relacionada com espaços definidos, como também dispensou as pessoas de compartilharem um local comum, visto que a transmissão pode se dar em tempos e espaços diferentes. Assiste-se hoje a uma nova tendência de politização e visibilidade do privado, com a estruturação de novas relações familiares, como também assiste-se à privatização do público.

Na verdade, é na articulação entre essas duas categorias que se pode notar a dimensão das mudanças: a presença feminina cada vez maior, a partir de meados do século, no mercado de trabalho e cultural, impulsionou modificações nas atividades domésticas, levando também à evolução do direito privado com a atribuição de novos papéis sociais a ambos os sexos.

Fenômeno deste século, a massificação da cultura, juntamente com o desenvolvimento do consumo, redefiniu a fronteira do público e do privado. É necessário frisar, todavia, que o imaginário social acompanha lentamente a evolução tecnológica e uma mudança nos costumes fortemente arraigados não acontece de um dia para o outro e tampouco sem lutas.

Resultado de contradições e ambivalências, a figura feminina é produzida na cultura de massas contemporânea como sujeito, no sentido de agente de práticas sociais, tanto quanto como objeto. O reflexo dessa ambivalência entre o moderno e o

tradicional faz com que repercutam no meio social os estímulos a sugestões político-emancipacionistas, mas também os estereótipos ligados às visões mais tradicionais. Os novos modelos femininos, conforme Passerini (1991), divulgados principalmente por novas formas de publicidade - revistas destinadas especificamente às mulheres e pelo cinema, em um primeiro momento, e em seguida pela televisão -, induziram à implementação de processos de consumo que incluem a nova dona-de-casa e a mulher emancipada como sujeito potencial de consumo.

Como o imaginário acompanha (ainda que lentamente) a experiência vivida, as mulheres aprenderam a criticar a simbologia tradicional, que lhes era atribuída, conferindo-lhe novos sentidos. E, se tanto a imagem quanto a linguagem produzem significados que estruturam as nossas identidades, foi cultivando novas atitudes com o seu próprio corpo e com o mundo exterior, assim como ocupando novos espaços e posições sociais, que as mulheres construíram novas imagens de si, começando a transformar o imaginário tradicional.

Com apoio em Eco (1968), diremos então que as técnicas publicitárias, adaptando-se a todos os perfis, utilizam com maestria tanto a sustentação quanto a subversão a um sistema de expectativas previsíveis.

Creemos que o objetivo de um anúncio publicitário, ao chamar a atenção de quem o vê e lê para um produto, é o apelo emotivo ao destinatário, visando ao consumo da mercadoria que expõe. Segundo Aurélio B. de Holanda (1975), o termo publicidade conceitua o *ato de exercer uma ação psicológica sobre o público com fins comerciais ou políticos* (p. 1165). Sucede o mesmo com o termo propaganda. Neste trabalho, os dois termos serão empregados como sinônimos.

As estratégias criativas apresentadas na comunicação publicitária no que concerne à linguagem, em geral, realizam um trabalho metalingüístico, subvertendo o sistema normativo, ao mesmo tempo que proporcionam um movimento de sentidos. O jogo com a materialidade sintática e lexical é semelhante ao que se faz com as situações vividas no cotidiano das pessoas as quais as propagandas tentam atrair. Os recursos lingüísticos e semânticos, rompendo com o comum, fazem a diferença,

tanto quanto aquele produto anunciado pode fazer na vida dos indivíduos que o adquirirem.

Movimentos contraditórios que não se excluem, as estratégias publicitárias garantem, no que concerne à imagem feminina, as tendências arraigadas à tradição patriarcal bem como as tendências emancipacionistas, fazendo aflorar uma tensão contraditória que possibilita a multiplicidade de sentidos. O século XX foi sem dúvida o século da imagem. Durante muito tempo, ele refletiu o sexismo social, atribuindo representações específicas ao feminino como mero complemento do homem e da família. Contudo, este mesmo século é aquele em que um número cada vez maior de mulheres *tomam a palavra e o controle das suas identidades visuais; sublinhando o desafio político da representação, elas tentam quebrar os estereótipos e propõem múltiplas vias de realização pessoal.* (Thébaud, 1991: 11).

O funcionamento de um texto publicitário leva em conta dois registros, a saber, o registro visual e o verbal. Os dois registros são utilizados nas mais variadas formas, podendo coincidir entre eles ou não, o que faz parte da estratégia publicitária do anunciante.

Por mais interessante que seja uma análise da relação entre ambos os registros, não há espaço para ela neste contexto, que ficará restrito à análise lingüística e semântica dos elementos verbais, excetuando-se os casos específicos, quando se tornar impossível deixar de mencionar a relação.

Analisaremos dois textos de propagandas, veiculadas em revistas de circulação nacional: o primeiro é um anúncio de toalhas de banho, publicado na revista *Marie Claire*; enquanto o segundo trata da publicidade de um perfume feminino e circulou na revista *Claudia*.

### Texto 1<sup>16</sup>

A propaganda de uma marca de toalhas de banho, veiculada em uma revista feminina, apresenta o seguinte enunciado:

(14) **Que peninha. Você só pode secar ele com os olhos.**

No *fio* da cadeia lingüística, o emprego do verbo *secar*, salientado em negrito, formaliza e explora o recurso da homonímia que possibilita ao verbo a ambivalência de ter um e outro sentido ao mesmo tempo. A duplicidade semântica de *secar* é atualizada de maneira a significar: 1. enxugar e 2. olhar, admirar, paquerar.

O que sobressai, primeiramente, é a expressão modalizadora *que peninha*, atualizando um campo semântico infantil e invocando, por extensão, o instinto maternal das leitoras, se considerarmos que as mães *secam* (enxugam) suas crianças.

Contudo, por restrição espacial, a ação não pode ser concretizada, a não ser com os olhos; fato lamentado pelo enunciador, utilizando-se da expressão modalizadora que revela sua subjetividade afetiva em relação ao conteúdo semântico do enunciado.

Ativa-se ainda o outro sentido de *secar*: ficar apenas admirando o belo modelo da propaganda, argumento reforçado pelo operador modal de restrição *só*, visto não haver opções de concretizar a ação.

O emprego da homonímia possibilita um jogo de sentidos que desorganiza a ordem lingüística, ao mesmo tempo que produz um efeito de originalidade para a propaganda, tornando-a muito criativa no que se refere aos recursos lingüísticos, além de ser esteticamente "intocável".

Fazendo um trabalho metasemântico no nível do interdiscurso, vemos que a questão cultural do gênero é ativada via um discurso que iguala as relações entre os sexos, enfatizando o que talvez haja de pior nas relações interpessoais, ou seja, aquela visão sectária que vê no sexo oposto um mero objeto de

<sup>16</sup> Os textos dos anúncios publicitários encontram-se em anexo no final do artigo.

satisfação. No texto, tal visão é ressaltada pelo emprego do verbo *secar*, no sentido 2.

Mesmo assim, houve uma resistência a dizer o mesmo, que seria usar o verbo apenas no sentido 1, o que possibilitou a ruptura da norma lingüística. O sujeito feminino considerado pelo anunciante desse produto é sem dúvida uma mulher emancipada, principalmente no que concerne à liberdade sexual. O texto sugere que, uma vez materializada a situação visualizada no anúncio, não haveria empecilhos para a ação concreta de *secar* (enxugar) um homem bonito.

## Texto 2

O presente texto foi retirado da revista feminina *Claúdia*, apesar de estar redigido em inglês. Essa propaganda, aliás, não era a única em língua estrangeira na revista, havia outras duas: uma em francês e outra em italiano.

O fato de a propaganda ser em língua estrangeira reivindica uma autoridade exterior, que em princípio poderia ter um saber maior, para validar o produto anunciado. Por outro lado, esse mesmo fato pode nos levar a concluir que o sujeito publicitário tem uma visão positiva em relação à competência lingüística das leitoras da revista.

O anúncio apresenta um novo perfume feminino chamado *Contradiction*, cognato do substantivo português - *contradição*. A seqüência significativa principal,

### (16) *She is always and never the same.*

que pode ser traduzida como *ela é sempre e nunca a mesma*, expressa decisivamente o princípio de *contradição* inerente e constitutivo de toda a linguagem. A propaganda não poderia ser mais adequada ao nome do perfume.

Por ser de suma relevância para a finalidade desse texto publicitário, ainda que a análise não se proponha a relacionar o verbal com o visual, comentaremos o perfeito casamento entre esses dois elementos, o visual apresentando uma modelo descontrainda, confiante com uma roupa unissex, charmosa, elegante e *sexy*.

Tudo isso somado, o resultado é um exemplo da ambivalência que a cadeia significativa, rompendo o *fi* regular da forma lingüística, pode tecer para a construção semântica. A interpretação é infinita como os sentidos, que podem instaurar o mesmo ou o acontecimento discursivo. Esse enunciado prova que o processo discursivo tem como lastro a matéria lingüística e é sobre ela que se fixam ou deslizam os sentidos. Como diria Bakhtin (1979), o *dado* transforma-se no *criado*.

Os modalizadores *always* (sempre) e *never* (nunca), que marcam a posição do sujeito no intradiscorso, são operadores discursivos radicais, uma vez que dirigem o enunciado para uma afirmação universal no caso de *sempre* ou para uma negação total no caso de *nunca*. Eles expressam, na análise do interdiscorso, a possibilidade de vozes do pré-construído que salientam sentidos múltiplos e contraditórios, dos quais um deles poderia ser: as mulheres podem ser *sexys*, elegantes, charmosas como *sempre* foram ou decididas e confiantes como *nunca* foram e contraditoriamente podem ser tudo isso simultaneamente.

É esse movimento contínuo entre o mesmo e o diferente que estrutura o cotidiano e o discurso dos indivíduos, fazendo com que todos os sentidos sejam possíveis. Eles jamais se esgotam no dito.

À guisa de conclusão, gostaríamos de reforçar o papel dos operadores modais como excelentes índices de subjetividade, posicionando o sujeito enunciativo em relação ao conteúdo semântico de seu enunciado e evidenciando que a neutralidade no discurso não existe. O sujeito sempre se marca ali, manifestando o seu posicionamento sócio-cultural.

Nem sempre a construção significativa mostra alternativas, permanecendo em certas ocasiões nítida, ou seja, fechada para outros sentidos que não sejam os convencionais. Em geral, nesses casos, a voz do interdiscorso se quer monofônica e coincidente com um sentido sedimentado.

Todavia, nos anúncios publicitários, acontecem jogos singulares com a estrutura enunciativa, revelando rupturas da materialidade lingüística que, muitas vezes não encontram ressonância semântica no nível interdiscursivo. Nesses momentos, o sujeito produtor do anúncio articula por meio do modalizador

uma visão unitária do sujeito feminino que não rompe com os sentidos tradicionalmente instituídos.

O jogo que a propaganda pode fazer com a língua é semelhante ao que a poesia faz: um jogo de metalinguagem, de metasemântica. Um trabalho construtivo, onde o saber da norma lingüística torna-se passível de ser subvertido, bem como o saber semântico comum. É nessas ocasiões que ocorrem os deslizamentos de sentido, provocando os acontecimentos discursivos.

No que tange ao conteúdo semântico-cultural, os textos identificam as várias posições ocupadas pelas mulheres em nossa sociedade, ainda que priorizem apenas algumas.

De toda a maneira, em qualquer que seja a forma de representação, a palavra desempenha papel fundamental e continua sendo o indicador mais sensível de todas as mudanças na sociedade (Bakhtin, 1929), mesmo que a palavra transformada apareça tão pouco na publicidade. É essa palavra que com certeza inscreve a resistência do sujeito feminino na cultura.

#### Referências Bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de estudos lingüísticos*, 19. Campinas, jul./dez. 1990. p.25-42.
- BAKHTIN, M. (1926) Le discours dans la vie et dans la poésie. In: TODOROV, T. *Mikhaïl Bakhtine: le principe dialogique*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.
- \_\_\_\_\_. (VOLOCHÍNOV) (1929) *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_. (1961) Towards a reworking of the Dostoievsky book. In: *Problems of Dostoievsky's poetics*. (1963) 3. ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. (1979) *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARTHES, R. (1978) *Aula*. São Paulo: Cultrix, s.d.
- BEAUVOIR, S. (1949) *O segundo sexo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. 2 volumes.
- BENVENISTE, É. (1974) *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BERMAN, M. (1982) *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRAIT, B. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: PESSOA DE BARROS, D.; FIORIN, J.L. (org.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1994.
- CERTEAU, M. de (1974) *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.
- \_\_\_\_\_. (1980) *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAUÍ, M.S. *Da realidade sem mistérios ao mistério do mundo: Espinosa, Voltaire, Merleau-Ponty*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Convite à filosofia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- COUTINHO, M.L.R. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- DESCOMBES, V. (1979) *Lo mismo y lo otro*. 2. ed. Madri: Ediciones Cátedra S. A., 1988.
- DUCROT, O. (1984) *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- ECO, H. *A estrutura ausente*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. Essex: Longman, 1989.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FLAX, J. (1990) Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. (org.) *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- \_\_\_\_\_. (1969) *A arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. *La langue introuvable*. Paris: Maspero, 1981.
- GEERTZ, C. (1973) *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 1989.
- GRAMSCI, A. (1949) *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- \_\_\_\_\_. (1955) *Concepção dialética da história*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- KRISTEVA, J. (1969) *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1988.

- MACHADO, L. Z. Estudos de gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas. In: SCHPUN, M. R. *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.
- MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelas: Pierre Mardaga, 1984.
- \_\_\_\_\_. (1987) *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes e Ed. da Unicamp, 1989.
- MARANDIN, J.-M. (1993) Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- MERLEAU-PONTY, M. (1960) A linguagem indireta e as vozes do silêncio. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- \_\_\_\_\_. (1964) O visível e o invisível. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- MORIN, E. Le retour de l'événement. *Communications* n. 18. Paris, Seuil, 1972. p. 6-20.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PARRET, H. La pragmatique des modalités. *Langages*, 43. Paris: Larousse, 1976. p.47-63.
- \_\_\_\_\_. *Enunciação e pragmática*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
- PASSERINI, L. (1991) Mulheres, consumo e cultura de massas. In: DUBY, C.; PERROT, M. *História das mulheres*. V.5. Porto: Edições Afrontamento e São Paulo: Ebradil, 1995.
- PÊCHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.
- \_\_\_\_\_. (1983) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- ROUDINESCO, E. (1986) *História da psicanálise na França: a batalha dos cem anos*. V. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SCOTT, J. (1986) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. V. 20, nº 2, 1995. p.71-99.
- THOMPSON, J. B. (1990) *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ZIZEK, S. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, S. (org.) *Um mapa da ideologia*. São Paulo: Contraponto, 1996.